



Bloco de Esquerda
GRUPO MUNICIPAL DE LISBOA

Comunicado de Imprensa

PS é único responsável pela não aprovação do orçamento 2010

1. O que a discussão do Plano e Orçamento da CML revela, tanto na forma como no conteúdo, é que o executivo liderado pelo Presidente António Costa optou por uma estratégia inadequada para o governo da cidade e uma enorme falta de humildade democrática. Refere-se que o executivo municipal de Lisboa tomou a opção política de **não cumprir a Lei do Direito de Oposição**, ou seja de não respeitar o direito dos partidos da oposição de serem “ouvidos sobre as propostas dos (...) orçamentos e planos de actividade”. É uma decisão grave e que não pode passar sem um veemente protesto. **Ao tomar esta posição e ao não procurar o diálogo com as restantes forças políticas no sentido de procurar garantir a viabilização do Plano e Orçamento na Assembleia Municipal, o PS tornou-se o único responsável pela não aprovação dos documentos.**

2. Relativamente ao conteúdo as Grandes Opções do Plano para o período 2010-2013 e o Orçamento para 2010, são simultaneamente instrumentos das políticas do executivo mas, são também expressões dessas políticas; sendo as Grandes Opções do Plano a expressão das estratégias que pretende implementar e das suas prioridades e o Orçamento a expressão quantificada da concretização que será possível (ou não) implementar dessas mesmas políticas, pode-se perguntar como é possível não ter sido enquadrada, nas Grandes Opções do Plano, a forma como se inserem e se articulam no processo de planeamento, instrumentos tão essenciais como sejam, o Plano Estratégico, a Carta Estratégica e PDM.

3. **As Grandes Opções do Plano e o Orçamento escamoteiam os problemas essenciais para o governo da cidade, ao não apresentar uma solução para a desertificação da cidade e a não prever uma verdadeira reestruturação do seu parque empresarial municipal por forma a ser um dos instrumentos adequados para responder as necessidades reais com que se confrontam os lisboetas.**

4. Para o BE **o problema central que Lisboa enfrenta é o da perda de cem mil habitantes por década** que vem sofrendo de há trinta anos para cá e a primeira prioridade da acção do executivo municipal deverá ser a de combater esse problema. **Defendemos criação de um novo PER, de um grande Programa Especial de Reabilitação para Lisboa, que consideramos uma resposta indispensável para combater a desertificação progressiva da cidade,** muito em especial do seu centro histórico.

5. Se é certo que as GOP apontam como um dos “principais programas a lançar para melhoria do parque habitacional privado” a “negociação com o Governo de um Programa Especial de Reabilitação Urbana e a extensão dos benefícios fiscais para a reabilitação urbana a minifundos imobiliários”. Mas com o OE que foi aprovado para 2010, e o PEC que é conhecido, não existirá nenhum apoio financeiro com significado por parte do Governo para apoiar a reversão do processo de progressiva desertificação de Lisboa. E a prosseguir como esta actual política, **não é difícil de prever que vai continuar a hemorragia de habitantes de que Lisboa sofre desde há três décadas, em especial dos mais jovens e dos mais pobres.**

6. Com esta política do PS (no Governo, na AR, na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal), que não cuida do que é essencial e indispensável para dar uma solução para o principal problema da cidade, para reverter a situação continuada de diminuição do número de habitantes de Lisboa, a hemorragia vai continuar. **Lisboa será, mais uma vez neste mandato, “uma cidade adiada”.**

7. Governar a cidade é a responsabilidade de fazer opções que respondam às necessidades reais dos seus habitantes e o Presidente António Costa e o seu executivo devem ser politicamente responsabilizados pelo “adiamento da cidade” ao apresentar um Plano e um Orçamento que não respondem às necessidades dos Lisboetas.

Assembleia Municipal de Lisboa, 30 de Março de 2010

Os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda